

Conclusão

Paulo César Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, P. C. Conclusão. In: *Introdução à filosofia de Bergson* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2022, pp. 127-132. ISBN: 978-65-5714-302-5. <https://doi.org/10.7476/9786557143025.0006>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CONCLUSÃO

Após percorrer as principais obras de Bergson, mais exatamente, após passar pela sua psicologia, pela sua cosmologia e pela sua antropologia, constatamos que todo esse itinerário nos revelou que o real é devir, movimento incessante. Do fluxo da consciência ao processo histórico-social, nenhum nível da realidade pôde se manifestar como algo pronto e acabado. Ao contrário, todos eles endossaram a ideia de que a realidade está sempre “se fazendo”. Ela é um contínuo processo de engendramento. Eis o mobilismo bergsoniano, explicitamente enunciado.

Claro está que não foi a psicologia experimental que nos ensinou a compreender as coisas dessa maneira movente, tampouco a biologia evolucionista ou o estudo dos fenômenos sociais. O devir cósmico é uma constatação metafísica, acarretada pela realidade de uma intuição extraintelectual, única capaz de nos pôr em união simpática com o Todo movente. Com base nessa intuição, chamada por Bergson de “intuição da duração”, estamos aptos a apreender o psíquico, a matéria, a vida e a sociedade não apenas como movimentos incessantes, mas também, e sobretudo, como processos temporais. Nessa direção, vimos que o mobilismo de Bergson é principalmente uma filosofia do tempo, uma filosofia que pensa a realidade como temporalidade. Desse novo ponto de vista, a realidade não se revela

unicamente como mudança contínua, transformação incessante, devir universal, mas como desdobramento diversificado do mesmo princípio: da Duração. Assim compreendendo as coisas, o que chamamos de “realidade” não é a extremidade atual de um processo, isto é, o universo material, presentemente dado em nossa experiência sensível. A matéria é apenas uma das manifestações da realidade. O espírito e a vida são outras. Por conseguinte, a noção de realidade, em Bergson, abarca a totalidade temporal, a qual se distende em matéria e se contrai em espírito e vida.

No entanto, uma questão ainda nos inquieta: se o real é um processo temporal interminável, se o devir é sua verdade, por que o compreendemos sob o signo da imobilidade? Por que o psicólogo pensa a consciência como associação de átomos psíquicos inalteráveis; o biólogo e o físico concebem a vida e a matéria mecanicamente, isto é, a partir do princípio de inércia; e o metafísico entende o Ser como estático, eterno e imutável? Ora, para responder a essas questões, é preciso recuar até a origem da racionalidade filosófica: a Grécia pré-socrática.

É evidente que a opção pela imobilidade não é um capricho metodológico da psicologia empírica, do evolucionismo biológico ou mesmo das ciências naturais. Na verdade, a consagração do Ser imóvel se dá na escola de Eleia. Foram os filósofos eleatas (Parmênides e Zenão são os mais proeminentes) que, pela primeira vez, demonstraram a imobilidade do Ser. Doravante, esse Ser em repouso rebaixou o devir à categoria de ilusão sensível. Nesse movimento, condenou a experiência dos sentidos a jamais alcançar as verdades eternas e inalteráveis, visto que tal experiência se encontra mergulhada no vir-a-ser, no processo de transformação de todas as coisas. Se digo, diante de uma maçã: “Esta maçã é verde”, essa proposição só é verdadeira agora, no momento em que a enuncio. Daqui a algumas semanas, esse fruto viçoso será reduzido a uma massa bolorenta. E a proposição não será mais verdadeira. Aliás, no domínio sensível, todos os conhecimentos são perecíveis, juntamente com seus objetos. E essa perecibilidade incomodava bastante os filósofos eleatas.

Os eleatas perseguiram saberes eternos e imutáveis. Constataram que eles só eram obtidos no âmbito inteligível. Esse é o ponto que acarretou um desprezo pelo sensível. O domínio da experiência dos sentidos, o qual nos revela um mundo em constante mudança, passou a ser considerado ilusório, uma região onde não se pode obter nenhuma verdade universal e necessária, mas somente opiniões particulares e contingentes (aquilo que os gregos chamavam de *dóxa*). Ao contrário, o domínio lógico, inteligível, alcançado somente pela razão, passa a ser o portador de tais verdades incorruptíveis (coisa que os gregos chamavam de *epistéme*). Essa metafísica, que deprecia o sensível e condecora o inteligível, reaparecerá da forma mais consistente no platonismo e no aristotelismo, e ecoará por toda a Idade Média (a propósito, no período medieval, dominado pela ideologia da Igreja Católica, faz todo sentido depreciar o sensível, ou seja, o mundo profano, e exaltar o suprassensível, o mundo sagrado, alcançável pela razão ou pela fé), atingindo a mentalidade moderna pelo menos até o Iluminismo (para Bergson, o mecanicismo da modernidade é uma decorrência direta dessa metafísica da imobilidade, proposta pelos filósofos eleatas, pois pensa o movimento a partir de um sistema de pontos materiais imóveis).

Na compreensão de Bergson, a depreciação da realidade movente e a exaltação do Ser imóvel encontra sua expressão mais genuína nos paradoxos de Zenão de Eleia. Zenão, discípulo de Parmênides, usa a estratégia dos paradoxos para demonstrar o caráter equívoco do movimento, reforçando a tese de seu mestre, segundo a qual o Ser é imóvel, de modo que a asserção que a enuncia é eternamente verdadeira. Em suma, é a crítica da razoabilidade do movimento que está no centro dessa discussão, a qual deu origem às metafísicas da imobilidade. São, de fato, os paradoxos de Zenão que demonstram o teor ilusório do devir, o caráter problemático do movimento. Zenão propõe – através de pelo menos quatro paradoxos (paradoxo da flecha, de Aquiles e a tartaruga, do estádio e das filas em movimento) – que os movimentos que constatamos na natureza não podem receber uma explicação racional adequada. Embora a experiência dos

sentidos permita testemunhá-los constantemente, não se consegue demonstrar sua razoabilidade.

Analisando o movimento, constata-se que o ponto fundamental da polêmica de Zenão, contra o mobilismo da escola jônica (Heráclito, por exemplo), encontra-se no fato de que entre duas posições quaisquer, no espaço, há divisibilidade infinita. Por conseguinte, há infinitas posições intermediárias entre essas duas posições, as quais precisam ser percorridas pelo corpo móvel. No paradoxo da flecha, por exemplo, cogitamos que, para atingir seu alvo, a flecha precisa antes chegar à metade da trajetória. Para chegar à metade da trajetória, precisa chegar à metade da metade, e assim indefinidamente. Como a divisibilidade de uma trajetória espacial é sempre infinita, o corpo móvel nunca consegue esgotá-la, isto é, percorrê-la na íntegra. Com base nessa ponderação, a conclusão de Zenão de Eleia foi a de que o movimento é racionalmente inconcebível. A flecha nunca atinge seu alvo, Aquiles nunca ultrapassa a tartaruga etc., pois, para fazê-lo, precisariam ultrapassar infinitas posições espaciais, o que é impossível.

Há paradoxo nessa questão: primeiro, porque o movimento foi reduzido a uma coleção de imobilidades (posições espaciais imóveis, percorridas por um corpo móvel). Como um conjunto de imobilidades pode engendrar o movimento, seu exato contrário? Segundo, porque o infinito não pode caber no finito, ou seja, uma quantidade infinita de posições espaciais não pode ser percorrida num intervalo de tempo, isto é, num tempo finito. Entretanto, como é evidente, toda a dificuldade da questão está na tradução de um evento temporal (o movimento) num evento espacial (trajetória percorrida no espaço). Na leitura de Bergson, os paradoxos de Zenão só são persuasivos no caso de aceitarmos que a tradução do temporal em espacial se justifica filosoficamente. Na verdade, o que o nosso filósofo denuncia é, com esse exemplo pré-socrático, a arbitrariedade dessa tradução. Mas, se ela é arbitrária, por que a praticamos com tamanha obstinação? Por que estamos sempre dispostos a converter o temporal em espacial? A resposta de Bergson pode ser pressentida, a partir de tudo o que já dissemos sobre sua

filosofia. Perseveramos em pensar o fluxo do real, essencialmente temporal, como uma série de fenômenos equacionáveis no espaço porque nossa inteligência foi moldada na forma do espaço, uma vez que ela é uma faculdade devotada à exterioridade, à manipulação do mundo, à utilização da matéria inerte, tendo em vista satisfazer necessidades vitais.

Se somos maus filósofos, se deslizamos no domínio especulativo, confundindo o temporal com o espacial, o dinâmico com o estático, o movimento com a imobilidade, isso se deve ao fato de nosso aparelho cognitivo estar voltado para a exploração técnica da natureza, para a fabricação. Transportamos para o domínio da especulação filosófica os hábitos que adquirimos na interação prática com o mundo. Tais hábitos foram marcados, ou melhor, sua realidade foi facilitada pela presença do espaço como o domínio formal no interior do qual processamos todas as nossas operações cognitivas. O triunfo da racionalidade matemática, que hoje impera no mundo todo, deriva diretamente da natureza espacializada de nossa cognição. Inapto para apreender a mobilidade das coisas, a sutileza do real, revela-se extraordinariamente hábil em manipular conceitos estáticos, formas inteligíveis, objetos sólidos.

Portanto, a opção eleata pela imobilidade, impulsionando a tradição metafísica ocidental, e a ciência dela derivada, decorrem das inclinações naturais do entendimento humano para o estático. Como vimos, as consequências dessa opção metafísica são desastrosas: depreciação filosófica da experiência concreta do mundo, ciência mecanicista, falso evolucionismo e psicologia associacionista. Em outras palavras, o desconhecimento do sentido metafísico da matéria, da vida e do psiquismo, em nome da dominação prática do mundo, é o corolário de uma inteligência que inibe as potências intuitivas do espírito. Tornamo-nos, assim, incapazes de compreender a consciência, a vida e o mundo como processos temporais.

Eis o que a filosofia de Bergson tenta recuperar: a sabedoria de Heráclito, o pensamento do devir, o reconhecimento de que tudo está envolvido por um gigantesco processo de transformação. Se a

maioria dos filósofos lamentou no tempo uma força de destruição, uma vez que, nele, todos os objetos e todas as verdades são perecíveis; Bergson, ao contrário, divisou na temporalidade verdadeira, na duração, uma força de criação, pois é o tempo que tudo engendra.